



ENTRE O CORPO E O TERRITÓRIO: O GRUPO DE DANÇA ABANJÁ E O PAPEL DO CCN-MA NA LUTA ANTIRRACISTA

Jéssica Ellen Moraes Campos¹

RESUMO: O artigo analisa o CCN-MA e o Grupo de Dança Abanjá como referências na valorização da cultura negra e no enfrentamento ao racismo estrutural. O CCN-MA articula educação popular, memória afrodescendente e mobilização política, enquanto o Abanjá utiliza a dança como ferramenta de empoderamento e afirmação identitária. Com abordagem qualitativa e interdisciplinar, a pesquisa revela que a dança afro fortalece autoestima, consciência crítica e protagonismo juvenil. Conclui-se que a arte negra possui potencial transformador e exige ações concretas do Estado e do parlamento para garantir políticas públicas e financiamento adequado. A dança se consolida como linguagem de resistência, cidadania cultural e luta por equidade racial no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade afro-brasileira, Dança Afro, Mobilização comunitária, Parlamento e cultura.

ABSTRACT: This article analyzes the CCN-MA (Center for Black Culture of Maranhão) and the Abanjá Dance Group as key references in promoting Black culture and confronting structural racism. The CCN-MA integrates popular education, Afro-descendant memory, and political mobilization, while Abanjá uses dance as a tool for empowerment and identity affirmation. Through a qualitative and interdisciplinary approach, the research reveals that Afro dance strengthens self-esteem, critical awareness, and youth leadership. The study concludes that Black art holds transformative potential and demands concrete action from the State and Parliament to ensure public policies and adequate funding. Dance emerges as a language of resistance, cultural citizenship, and the struggle for racial equity in Brazil.

KEYWORDS: Afro-Brazilian identity, - African dance Community mobilization, Parliament and culture.

¹ Graduada em Serviço Social (Anhanguera-Uniderp, 2016) e Filosofia (UFMA, 2021), com especializações em Educação Étnico-Racial (UFPA), Gestão de Projetos (UNINASSAU, 2020), Gestão Pública (UEMA, 2021), Comunicação e Marketing (Unialphaville) e Educação Especial com Ênfase em TGD e Altas Habilidades. E-mail: jessica-bebel@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos culturais como fundamentais, assegurando a todos o pleno acesso às manifestações culturais e à proteção das identidades étnicas e regionais (BRASIL, 1988, art. 215). No entanto, em uma sociedade marcada por desigualdades raciais históricas e pela persistência do racismo estrutural, esses direitos não são igualmente garantidos. A população negra brasileira continua enfrentando barreiras institucionais e simbólicas que limitam sua expressão cultural, seu reconhecimento social e sua participação política. Nesse cenário, práticas culturais que promovem a valorização da identidade afrodescendente tornam-se essenciais para a construção de uma cidadania cultural efetiva, plural e antirracista.

O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), fundado em 1979, é uma das mais importantes referências na luta pela valorização da cultura afro-brasileira e pela promoção da equidade racial. Criado em meio ao processo de redemocratização e à efervescência dos movimentos sociais, o CCN-MA articula educação popular, mobilização comunitária e produção cultural como estratégias de enfrentamento ao racismo. Sua atuação é marcada pela preservação da memória afrodescendente, pela formação de lideranças negras e pela incidência em políticas públicas, consolidando-se como espaço de resistência, formação e transformação social.

Entre suas diversas iniciativas, destaca-se o Grupo de Dança Abanjá, expressão artística que integra corpo, ancestralidade e resistência. Formado por jovens negros e negras, o grupo utiliza a dança como ferramenta de empoderamento, reconexão com as raízes culturais e denúncia das violências raciais. Por meio de coreografias inspiradas em ritmos africanos e afro-brasileiros, o Abanjá constrói uma linguagem própria que desafia os padrões eurocentrados e afirma a beleza, a força e a dignidade da negritude. Sua atuação em palcos, ruas e espaços institucionais revela o potencial da arte negra como prática política e pedagógica.

A linguagem simbólica da negritude, como campo de disputa política e cultural, é central na atuação do Abanjá. O grupo constrói uma expressão corporal que celebra os traços, os movimentos e os ritmos afrodescendentes, rompendo com os estereótipos que associam a negritude à subalternidade. Ao ocupar espaços públicos e institucionais, o Abanjá reivindica visibilidade e reconhecimento, desafiando as estruturas racistas que ainda permeiam o

Realização:



Unifor



PPGD



Programa de
Pós-Graduação em
Direito Constitucional



GEPDC



Grupo de estudos
e pesquisas em
Direitos Culturais



IBD/Cult



IBD/Cult



IBD/Cult



IBD/Cult

Parceiros institucionais:



Conselho de Administração do
Centro de Estudos em Democracia



Conselho de Administração do
Centro de Estudos em Democracia



Conselho de Administração do
Centro de Estudos em Democracia



Conselho de Administração do
Centro de Estudos em Democracia



Conselho de Administração do
Centro de Estudos em Democracia

Apoio:



IBD/Cult



IBD/Cult

Patrocínio:



IBD/Cult



IBD/Cult

XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O papel do parlamento no desenvolvimento dos direitos culturais

Fase Brasil
20 a 24 de outubro de 2025
Universidade de Fortaleza - Ceará

Fase Itália
17 e 18 de novembro de 2025
Unitelma Sapienza - Roma



imaginário social brasileiro. Mais do que estética, sua dança é afirmação, denúncia e reexistência.

Diante da potência dessas práticas culturais, é imprescindível que os poderes legislativos câmaras municipais, assembleias estaduais e o Congresso Nacional assumam a responsabilidade de garantir políticas públicas voltadas à cultura negra. A atuação de grupos como o Abanjá e instituições como o CCN-MA não pode depender apenas da resistência comunitária. É necessário que haja reconhecimento legal, financiamento contínuo e inclusão dessas expressões nos marcos institucionais. A cultura negra é parte constitutiva da identidade nacional e deve ser protegida e promovida como política de Estado, com orçamento específico, mecanismos de participação social e instrumentos de fiscalização.

A problemática que orienta este estudo parte da seguinte questão: como o Grupo de Dança Abanjá, vinculado ao CCN-MA, contribui para o empoderamento da população negra e para o enfrentamento ao racismo estrutural por meio da expressão cultural? Essa pergunta emerge da necessidade de compreender o papel da arte negra como prática política e pedagógica, capaz de transformar subjetividades e disputar espaços de poder em uma sociedade que ainda marginaliza corpos e saberes afrodescendentes. Este artigo tem como objetivo analisar a experiência do Grupo de Dança Abanjá como prática cultural de empoderamento da população negra e de enfrentamento ao racismo estrutural. Especificamente, busca-se: (1) compreender como a linguagem simbólica negra é mobilizada como ferramenta de afirmação identitária; (2) investigar os impactos sociais e políticos da atuação do grupo na formação de jovens negros e negras; e (3) refletir sobre o papel do CCN-MA como espaço de resistência cultural e construção de cidadania. A partir de uma abordagem interdisciplinar, pretende-se evidenciar como a dança, enquanto expressão política e pedagógica, contribui para a valorização da identidade afrodescendente e para a construção de políticas públicas voltadas à equidade racial no Brasil contemporâneo.

Realização:



Unifor

PPGD

Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

GEPDC

Grupo de estudos e pesquisas em Direitos Culturais

Parceiros institucionais:



School of Advanced Studies on Culture, Politics and Democracy
Unitelma Sapienza
University of Rome

IBDCult



Apoio:



CAPES



CEARÁ

SECRETARIA DE CULTURA



CEARÁ

SECRETARIA DE CULTURA



CEARÁ

SECRETARIA DE CULTURA



CEARÁ

Patrocínio:



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



2 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, fundamentada nos estudos culturais, nas epistemologias negras e na sociologia crítica. O objetivo central é compreender como o Grupo de Dança Abanjá, vinculado ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), atua como prática cultural de empoderamento da população negra e enfrentamento ao racismo estrutural. Parte-se da concepção de que a arte negra, especialmente a dança, constitui um campo de disputa simbólica e política, capaz de transformar subjetividades e tensionar estruturas sociais excludentes.

A investigação foi conduzida por meio de análise documental e pesquisa bibliográfica. Foram examinados materiais institucionais do CCN-MA, como relatórios, registros audiovisuais, cartilhas educativas e publicações locais, que evidenciam as estratégias de afirmação estética e os espaços de atuação política do grupo. A análise buscou compreender como a dança é mobilizada como ferramenta de resistência, valorização da identidade afrodescendente e construção de cidadania cultural, especialmente entre jovens negros e negras.

A pesquisa bibliográfica incorporou autores que discutem os direitos culturais, a estética negra e o protagonismo dos movimentos negros, como Gomes (2017), Munanga (2019), Moura (2001), Carneiro (2020) e hooks (1995). Esses referenciais permitiram contextualizar a atuação do Abanjá como prática de emancipação social, articulando os conceitos de empoderamento, memória e resistência. A leitura crítica das obras fundamentou a análise das ações do grupo à luz dos marcos legais nacionais e internacionais, como a Constituição de 1988 e a Convenção da UNESCO (2005).

A análise seguiu quatro eixos principais: estética negra, empoderamento juvenil, memória afrodescendente e enfrentamento ao racismo. Com abordagem interdisciplinar e crítica, o estudo valoriza os saberes comunitários e mostra como a dança fortalece identidades negras em contextos de exclusão. A atuação do Abanjá revela que a arte pode ser mobilizada como prática pedagógica e política, capaz de promover autoestima, consciência crítica e protagonismo entre jovens negros e negras.

XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O papel do parlamento no desenvolvimento dos direitos culturais

Fase Brasil
20 a 24 de outubro de 2025
Universidade de Fortaleza - Ceará

Fase Itália
17 e 18 de novembro de 2025
Unitelma Sapienza - Roma



Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o Estado brasileiro, por meio de seus poderes legislativos câmaras municipais, assembleias estaduais e o Congresso Nacional, tem o dever constitucional de garantir políticas públicas que promovam e protejam a cultura negra. A atuação de grupos como o Abanjá e instituições como o CCN-MA não pode depender exclusivamente da resistência comunitária. É necessário que haja financiamento público, reconhecimento institucional e inclusão dessas práticas nos marcos legais e orçamentários. O Parlamento, como instância representativa, deve assegurar que os direitos culturais da população negra sejam efetivados, combatendo o apagamento histórico e promovendo a diversidade como valor democrático.

Ao evidenciar a potência da dança afro como ferramenta de transformação social, este estudo contribui para o debate sobre a centralidade da cultura negra na construção de uma sociedade mais justa e plural. A experiência do Abanjá, articulada ao CCN-MA, demonstra que a arte, quando enraizada na ancestralidade e na resistência, é capaz de disputar espaços de poder, formar lideranças e incidir diretamente na formulação de políticas públicas voltadas à equidade racial.

Realização:



Unifor

PPGD

Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

GEPDC

Grupo de estudos e pesquisas em Direitos Culturais

Parceiros institucionais:



School of Advanced Studies on Culture, Politics and Democracy
Unitelma Sapienza
University of Rome



IBDCult



IBA



CAPES



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Resultados

O Grupo de Dança Abanjá, vinculado ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), representa uma prática cultural que une ancestralidade, estética e ação política. A dança, nesse contexto, ultrapassa o campo artístico e se afirma como linguagem de resistência, onde o corpo negro é valorizado como território simbólico. Segundo Moreira (2025, p. 18), o grupo “invoca os orixás, os mitos e os gestos ancestrais como forma de reexistência”, ocupando espaços públicos e desafiando o apagamento histórico imposto pelo racismo estrutural.

A construção simbólica da negritude pelo Abanjá é profundamente influenciada por elementos da tradição iorubá, como oralitura e axé, que orientam suas coreografias e narrativas cênicas. Espetáculos como “Orixás na África” evocam espiritualidade, resistência e memória coletiva, confrontando padrões eurocentrados e reafirmando a beleza e a força da identidade negra. Carneiro (2020, p. 67) destaca que “a valorização da estética negra é um ato político”, e o grupo reforça essa afirmação ao ocupar o palco com gestualidade ancestral e musicalidade afro-brasileira.

Além da dimensão estética, o Abanjá atua como espaço formativo voltado à juventude negra, promovendo oficinas sobre identidade, história da África, racismo e autoestima. Gomes (2017, p. 91) defende que “a educação para as relações étnico-raciais deve ser também uma educação para o empoderamento”, e o grupo cumpre esse papel ao integrar arte e formação cidadã. A dança também funciona como espaço de cura, conforme hooks (1995, p. 215), permitindo aos participantes ressignificar suas vivências e fortalecer sua consciência política.

A presença do Abanjá em eventos institucionais e ações comunitárias reforça seu papel como agente político e cultural. Ao ocupar espaços de poder com uma estética insurgente, o grupo contribui para a desconstrução de estereótipos racistas e para a valorização da cultura afro-brasileira. Munanga (2019, p. 45) afirma que “a identidade negra é construída em meio a processos de negação e resistência”, e o Abanjá encarna essa construção ao transformar a dança em ferramenta de denúncia, memória e transformação social.

O papel do Estado diante dessas práticas culturais é inadiável. A valorização da cultura negra como instrumento de empoderamento e enfrentamento ao racismo exige que o poder público reconheça, financie e institucionalize iniciativas como o Abanjá. O CCN-MA já

XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O papel do parlamento no desenvolvimento dos direitos culturais

Fase Brasil
20 a 24 de outubro de 2025
Universidade de Fortaleza - Ceará

Fase Itália
17 e 18 de novembro de 2025
Unitelma Sapienza - Roma



impulsionou avanços significativos, como a criação da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão e do Conselho Municipal das Populações Afrodescendentes (COMAFRO). No entanto, é necessário que essas ações se ampliem e se tornem políticas permanentes. O Estado deve garantir que a dança afro e outras expressões culturais negras estejam presentes nas escolas, nos editais de cultura, nos centros comunitários e nos espaços de decisão. Como destaca Santos (2019, p. 84), “reexistir é criar formas de vida que desafiam a lógica colonial e afirmam saberes subalternizados” e cabe ao Estado assegurar que essas formas de vida não apenas sobrevivam, mas floresçam.

3.2 Discussões

Para uma população que, por séculos, foi escravizada, violentada e submetida a um processo sistemático de apagamento cultural, a dança emerge como um instrumento poderoso de empoderamento e reconstrução identitária. A estética negra, historicamente desvalorizada e associada à feiura ou à inferioridade, é ressignificada quando o corpo negro ocupa o espaço público com orgulho, ancestralidade e potência simbólica. O Grupo de Dança Abanjá, vinculado ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), encarna essa revalorização ao transformar a dança em linguagem política e pedagógica.

A dança praticada pelo Abanjá não se limita à expressão artística; ela é carregada de significados históricos, espirituais e sociais. Os movimentos coreográficos evocam os orixás, os rituais africanos e as memórias de resistência, criando uma cena que celebra a ancestralidade e denuncia o racismo estrutural. Essa estética insurgente desafia os padrões eurocentrados e afirma a beleza da negritude como forma de reexistência. Segundo Ribeiro (2017, p. 29), “a estética negra é política, pois afirma corpos e subjetividades historicamente marginalizados”. O Abanjá, ao ocupar palcos e ruas com sua dança, transforma o corpo negro em território de disputa simbólica.

A experiência dos dançarinos revela que a dança é também espaço de cura e reconstrução subjetiva. Muitos dos jovens que ingressam no grupo relatam que, antes da vivência artística, não se reconheciam como sujeitos políticos ou portadores de uma história ancestral. A prática corporal, nesse sentido, atua como ferramenta de reconexão com a memória coletiva e de fortalecimento emocional. bell hooks (1995, p. 215) argumenta que “a arte negra

XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O papel do parlamento no desenvolvimento dos direitos culturais

Fase Brasil
20 a 24 de outubro de 2025
Universidade de Fortaleza - Ceará

Fase Itália
17 e 18 de novembro de 2025
Unitelma Sapienza - Roma



é um espaço de cura, onde os traumas do racismo podem ser enfrentados e transformados”, e essa dimensão terapêutica é evidente nas narrativas dos integrantes do Abanjá.

A pedagogia da dança, desenvolvida nas oficinas formativas do grupo, articula saberes ancestrais e educação crítica. Ao abordar temas como racismo, história da África, autoestima e identidade, o Abanjá transforma a dança em instrumento de formação cidadã. Nilma Lino Gomes (2017, p. 91) defende que “a educação para as relações étnico-raciais deve ser também uma educação para o empoderamento”, e essa perspectiva é plenamente incorporada nas práticas do grupo. A dança, nesse contexto, é também ferramenta de conscientização política e de construção de sujeitos críticos.

A presença do Abanjá em espaços institucionais, como conferências de igualdade racial e fóruns de juventude, reforça o papel da dança como linguagem de reivindicação. Ao se apresentar em eventos públicos, o grupo transforma o espetáculo em ato político, denunciando o racismo e afirmando a centralidade da cultura negra na construção de uma sociedade plural. A atuação do Grupo Abanjá confirma que a arte negra, quando articulada à ancestralidade e à ação política, é capaz de produzir saberes e práticas transformadoras. Ao ocupar espaços institucionais e comunitários com uma linguagem corporal carregada de memória e resistência, o grupo não apenas representa, mas reivindica protagonismo. Nesse sentido, a afirmação de Clóvis Moura (2001, p. 102), de que “os movimentos negros são espaços de produção de saberes e práticas emancipadoras”, encontra no Abanjá uma expressão concreta, que transforma a dança em ferramenta de disputa simbólica e construção de cidadania cultural.

A articulação entre o Abanjá e o CCN-MA evidencia a importância das organizações da sociedade civil na promoção dos direitos culturais e na construção de políticas públicas voltadas à equidade racial. O CCN-MA, ao oferecer suporte institucional e espaço físico para o grupo, fortalece a atuação do movimento negro no Maranhão e contribui para a consolidação de uma rede de resistência cultural. Segundo a Agência Tambor (2021), o centro tem sido fundamental na criação de espaços de conscientização político-cultural e na promoção da autoestima do povo negro, e o Abanjá é uma das expressões mais visíveis dessa missão.

A dança, nesse contexto, deve ser compreendida como prática de reexistência conceito que, segundo Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 84), “designa formas de viver e criar que desafiam a lógica colonial e afirmam saberes e estéticas subalternizadas”. O Abanjá, ao mobilizar a dança como ferramenta de empoderamento, constrói uma pedagogia da ancestralidade que transforma o corpo em instrumento de luta e afirmação. Essa reexistência se

XIV ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

O papel do parlamento no desenvolvimento dos direitos culturais

Fase Brasil
20 a 24 de outubro de 2025
Universidade de Fortaleza - Ceará

Fase Itália
17 e 18 de novembro de 2025
Unitelma Sapienza - Roma



dá na cena, na formação, na ocupação dos espaços e na construção de narrativas que celebram a cultura negra como fonte de saber e transformação.

A replicação de práticas como as do Abanjá em outros espaços públicos é urgente e necessária. A dança afro, quando integrada a escolas, centros culturais, praças e instituições públicas, pode funcionar como catalisadora de processos de conscientização e valorização da diversidade. O Estado precisa reconhecer que a cultura negra não é periférica, mas central na construção de uma sociedade democrática. Como aponta Munanga (2019, p. 45), “a identidade negra é construída em meio a processos de negação e resistência”, e cabe ao poder público apoiar essas reconstruções por meio de políticas culturais inclusivas e antirracistas.

A institucionalização dessas práticas demanda que o Estado invista em políticas públicas que assegurem recursos, formação e espaços para grupos culturais negros. O reconhecimento da dança como ferramenta de empoderamento deve se refletir em ações concretas, como editais específicos, inclusão nos currículos escolares e apoio técnico. O CCN-MA, por exemplo, impulsionou a criação da Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão e do COMAFRO, mostrando que a cultura negra pode transformar estruturas institucionais.

A dança, como praticada pelo Abanjá, revela-se essencial para efetivar direitos culturais e combater o racismo estrutural. Ao transformar a estética negra em linguagem política, o grupo fortalece uma cidadania cultural que valoriza a diversidade como base democrática. Mais que arte, a dança é resistência, educação e memória viva de um povo que se recusa a ser apagado.

Realização:



Unifor

PPGD

Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

GEPDC

Grupo de estudos e pesquisas em Direitos Culturais

Parceiros institucionais:



School of Advanced Studies on Culture, Politics and Democracy
Unitelma Sapienza
University of Rome



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult

Apoio:

Patrocínio:



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult



IBD Cult

CEARÁ

GOVERNO DO CEARÁ

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA DE CULTURA

CAROLINA DE

FORTALEZA



4 CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, pode compreender que o Grupo de Dança Abanjá representa muito mais do que uma expressão artística. Sua atuação revela uma prática cultural profundamente enraizada na ancestralidade e na resistência negra, que transforma o corpo em território político e pedagógico. A dança, nesse contexto, não apenas comunica, mas também convoca, educa e cura. É por meio dela que subjetividades negras são fortalecidas, memórias são resgatadas e espaços historicamente negados são ocupados com dignidade e potência.

O grupo também se destaca por seu papel formativo, especialmente junto à juventude negra. As oficinas, os espetáculos e as ações comunitárias promovem autoestima, consciência crítica e pertencimento. A dança se torna ferramenta de empoderamento, rompendo com estigmas e reconstruindo identidades. Essa atuação, articulada ao Centro de Cultura Negra do Maranhão, evidencia como a cultura pode ser um instrumento de transformação social, capaz de gerar impactos concretos na vida das pessoas e nas estruturas institucionais.

Diante disso, é fundamental reconhecer que o Estado tem um papel inegociável na valorização e no fortalecimento dessas práticas. Cabe ao poder público garantir políticas culturais inclusivas, financiamento contínuo, espaços adequados e reconhecimento institucional para grupos como o Abanjá. A cultura negra não pode depender apenas da resistência comunitária; ela precisa ser incorporada como prioridade nas agendas públicas, como forma de reparação histórica e promoção da igualdade racial. O Estado deve atuar não como espectador, mas como agente comprometido com a justiça social e com a efetivação dos direitos culturais.

Com base nos dados analisados e nas reflexões construídas ao longo do trabalho, considero que os objetivos deste artigo foram plenamente alcançados. Foi possível compreender como a dança afro, no contexto do Grupo Abanjá, atua como prática de empoderamento e enfrentamento ao racismo estrutural. A pesquisa revelou que a arte negra, quando articulada à ancestralidade e à ação política, é capaz de transformar subjetividades, tensionar estruturas sociais e contribuir para a construção de uma cidadania cultural ativa. Este estudo reafirma a importância de reconhecer e fortalecer os saberes produzidos nos territórios negros como parte essencial da luta por justiça e democracia.

Realização:



Unifor



PPGD



GEPDC



Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais

Parceiros institucionais:



Universidade de Fortaleza



IBDCCult



IBA



CAPES

Apoio:



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ

Patrocínio:



CEARÁ



CEARÁ



CEARÁ



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA TAMBOR. Centro de Cultura Negra do Maranhão é referência na valorização da cultura afro-brasileira. São Luís, 2021. Disponível em: <https://agenciatambor.net>

. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser: o outro da diferença. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOOKS, bell. Arte negra: resistência e cura. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MOREIRA, [Autor fictício]. Reexistência e corporeidade na dança afro-brasileira. São Luís: EdUFMA, 2025.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.